

ICATU
CAPITALIZAÇÃO

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas.

2. Aumento de capital

Em 31 de janeiro de 2023, a controladora, Icatu Seguros S.A., fez um aumento de capital na Companhia, no valor de R\$ 10.000.

3. Desempenho das operações de capitalização

Durante o ano de 2023, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 1.857.545 (R\$ 1.793.624 em 2022), representando um aumento de 3,56% na arrecadação. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 334.980 (R\$ 348.039 em 2022). O resultado de sorteios representa R\$ 78.234 (R\$ 81.816 em 2022) e o custo de aquisição foi de R\$ 141.529 (R\$ 139.557 em 2022), representando 76,2% da arrecadação (77,8% no ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.050.863 (R\$ 2.789.722 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 9,36% no ano (8,07% no ano anterior). O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o montante de R\$ 286.263 (R\$ 239.600 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 19,48% no ano (16,54% no ano anterior).

4. Despesas administrativas

Durante o ano de 2023, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$ 199.431 (R\$ 188.823 em 2022), representando 5,62% de aumento (5,57% no ano anterior). No entanto, tais despesas mantiveram-se praticamente sem variação em relação a arrecadação, sendo 10,74% em 2023 e 10,53% em 2022. Os principais investimentos foram em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o *Open Insurance*, entre outros.

5. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2023 foram de R\$ 150.614 (R\$ 131.574 em 2022) representando um expressivo aumento de 14,47%, principalmente pelo aumento da taxa SELIC no ano. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 215.280, no ano de 2023, e apresenta 176% de suficiência de capital.

6. Política de Dividendos e Destinação do Lucro Líquido Anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2023	2022
Lucro líquido no ano	45.624	28.923
Constituição de reserva legal	(2.281)	(1.446)
Base para distribuição de dividendos	43.343	27.477

Destinação dos resultados:

Reserva legal	2.281	1.446
Reserva estatutária	32.507	20.609
Reserva especial para dividendos	-	6.868
Dividendo mínimo obrigatório	10.836	-

Na Assembleia Geral Ordinária de março de 2023, os acionistas acionaram o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, e constituíram uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$ 6.868 de dividendos obrigatórios de 2022.

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa é possível verificar que não houve, respectivamente, destinação e nem pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio nos anos de 2023 e 2022, exceto quanto a contabilização de R\$ 10.836 de dividendo mínimo obrigatório do resultado de 2023.

7. ASG – Ambiental, social e governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade.

Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

Durante o ano de 2023, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R\$ 122.084 (R\$ 113.973 em 2022) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 28.090 (R\$ 20.782 em 2022) pagos a serviços terceirizados, R\$ 1.470.040 em resgates, R\$ 64.045 em sorteios, R\$ 17.907 (R\$ 17.330 em 2022) em tributos indiretos, R\$ 8.436 (R\$ 5.620 em 2022) em tributos diretos.

O trabalho da Companhia, com vistas para o capital humano, proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela nona vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar, com sede no Rio de Janeiro, pelo *Ranking Great Place to Work (GPTW) 2023*.

O Grupo Icatu foi eleito pela quinta vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o *Ranking 2023* do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente.

Adicionalmente, o grupo foi eleito um dos 3 (três) mais inovadores no segmento de seguros e planos de saúde do Brasil, pelo *ranking Valor Inovação Brasil 2023*.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração ao desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

8. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais para o ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguarção, requeridos pelo órgão regulador.

9. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.620.950	2.304.507	CIRCULANTE	2.703.169	2.490.185
Disponível	49.913	10.694	Contas a pagar	76.027	45.925
Caixa e bancos	12.874	3.025	Obrigações a pagar	Nota 12	48.560
Equivalente de caixa	Nota 5	37.039	Impostos e encargos sociais a recolher		5.391
Aplicações	Nota 5	2.502.562	Encargos trabalhistas	Nota 13	15.731
Créditos das operações de capitalização	22	7.299	Impostos e contribuições		5.190
Outros créditos operacionais	Nota 6	18.061	Outras contas a pagar		1.155
Títulos e créditos a receber	26.936	25.779	Débitos de operações com capitalização	Nota 14	29.300
Títulos e créditos a receber	Nota 7	-	Depósitos de terceiros	Nota 15	4.276
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.1	25.683	Provisões técnicas - capitalização	Nota 16	2.592.624
Outros créditos		1.253	Provisão para resgates		2.403.459
Despesas antecipadas		114	Provisão para sorteio		162.981
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	23.342	Provisão para despesas administrativas		7.060
Capitalização		23.342	Provisão para bônus		19.124
ATIVO NÃO CIRCULANTE	429.913	485.215	Outros débitos	Nota 10	942
Realizável a longo prazo		382.721	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		61.431
Aplicações	Nota 5	298.697	Contas a pagar		55.272
Títulos e créditos a receber	80.722	84.441	Obrigações a pagar	Nota 12	8.927
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.2	21.520	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 18.2	46.345
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 18.3	59.202	Outros débitos		3.751
Outros valores e bens	Nota 10	3.302	Provisões judiciais	Nota 18.1	3.751
Ativos de direitos de uso		3.302	Débitos diversos	Nota 10	2.408
Despesas antecipadas		-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	286.263
Imobilizado		63	Capital social		211.484
Intangível	Nota 11	47.129	Reservas de lucros		74.736
TOTAL DO ATIVO	3.050.863	2.789.722	Ajustes de avaliação patrimonial		43
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.050.863	2.789.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Arrecadação com títulos de capitalização	1.857.545	1.793.624
Variação da provisão para resgate	(1.522.565)	(1.445.585)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	Nota 23.1	334.980
Variações das provisões técnicas	2.092	(3.470)
Resultado com sorteio	Nota 23.2	(78.234)
Custo de aquisição	Nota 23.3	(141.529)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 23.4	33.940
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	151.249	140.339
Despesas administrativas	Nota 23.5	(199.431)
Despesas com tributos	Nota 23.6	(26.343)
Resultado financeiro	Nota 23.7	150.614
RESULTADO OPERACIONAL	76.089	60.140
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	76.089	60.140
Imposto de renda	Nota 24	(1.598)
Contribuição social	Nota 24	(5.680)
Participações sobre o lucro	Nota 24	(23.187)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.624	28.923
Quantidade de ações	810.894.586	800.894.586
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	0,06	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.624	28.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.875	(4.917)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	3.125	(8.194)
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(1.250)	3.277
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	47.499	24.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.484	551	-	10.474	3.085	-	205.594
Aumento de capital aprovado em AGE em 27/06/22 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 1.067	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	(4.917)	-	(4.917)
Transferência entre reservas de lucros	-	-	7.854	(7.854)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.923	28.923
Destinação do lucro líquido							
Constituição reserva legal	-	1.446	-	-	-	(1.446)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	20.609	-	-	(20.609)	-
Constituição reserva especial para dividendos	-	-	-	6.868	-	(6.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	201.484	1.997	28.463	9.488	(1.832)	-	239.600
Aumento de capital aprovado em AGE em 31/01/2023 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 1369	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	1.875	-	1.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.624	45.624
Destinação do lucro líquido							
Constituição reserva legal	-	2.281	-	-	-	(2.281)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.836)	(10.836)
Constituição reserva estatutária	-	-	32.507	-	-	(32.507)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	211.484	4.278	60.970	9.488	43	-	286.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICATU
CAPITALIZAÇÃO

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 4.1.1.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5.2).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.4).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12 e 16).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos;
- A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:
- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Os derivativos são classificados no ativo circulante "Recebíveis" ou no passivo circulante "Contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros disponíveis para a venda são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou empréstimos e recebíveis.

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para o Grupo Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de *softwares* de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortizações) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Resultado Patrimonial" no momento da baixa do ativo.

3.8. Redução ao valor recuperável

3.8.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

3.8.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.9. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período. Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido Antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais"; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com

a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para distribuição de bônus

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão para despesas administrativas

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no Estatuto Social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 3.8 e 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 8), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 16), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 18.1), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

- Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.
- Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos após a data destas Demonstrações.

3.15.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A SUSEP referendou o CPC 48 através do normativo Circular SUSEP nº 678/2022 que entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

ICATU
CAPITALIZAÇÃO

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro 2023, R\$ 1.661.683, correspondentes a 58,55% (R\$ 1.625.431, correspondentes a 63% em 31 de dezembro de 2022) estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 161.881 (R\$ 76.298 em 31 de dezembro de 2022).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	31/12/2023			31/12/2022		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
AAA	12.015	-	12.015	-	-	-
AA+	9.818	51.612	61.430	29.639	-	29.639
AA	-	-	-	24.635	40.214	64.849
AA-	2.004	-	2.004	10.450	-	10.450
A+	30.458	-	30.458	-	-	-
A-	9.557	-	9.557	-	-	-
Total	63.852	51.612	115.464	64.724	40.214	104.938

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 899.270 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 777.205 em 31 de dezembro de 2022). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 mês (um) e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.

(II) *DV01* (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2023			31/12/2022				
	DIV-01	EWMA	VaR	Expo-sição	DIV-01	EWMA	VaR	Expo-sição
Pré-fixado - DI	(21)	1	2.182	86.628	7	-	2.819	102.311
Taxa Referencial	-	1	-	-	-	-	-	-
IPCA	(326)	1	14.351	686.340	-	-	12.308	567.249
Ações	-	1	73	702	(265)	-	64	576

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos de investimentos, pelo somatório do fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	12.874	-	-	12.874
Equivalente de caixa	37.039	-	-	37.039
Aplicações	1.427.193	390.160	983.906	2.801.259
Créditos das operações de capitalização	22	-	-	22
Títulos e créditos a receber	26.936	80.722	-	107.658
Total de ativos	1.504.064	470.882	983.906	2.958.852
Contas a pagar	76.027	55.272	-	131.299
Provisões técnicas - capitalização	1.517.356	535.929	539.339	2.592.624
Débitos de operações com capitalização	29.300	-	-	29.300
Depósitos de terceiros	893	3.383	-	4.276
Total de passivos	1.623.576	594.584	39.339	2.257.499

Ativos e passivos	31/12/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	3.025	-	-	3.025
Equivalente de caixa	7.669	-	-	7.699
Aplicações	1.070.650	323.774	1.181.779	2.576.203
Créditos das operações de capitalização	7.299	-	-	7.299
Títulos e créditos a receber	25.779	84.441	-	110.220
Total de ativos	1.114.422	418.964	1.181.779	2.715.165
Contas a pagar	45.925	53.003	-	98.928
Provisões técnicas - Capitalização	1.429.874	507.558	487.804	2.425.236
Débitos de operações com capitalização	14.951	-	-	14.951
Depósitos de terceiros	877	2.373	-	3.250
Total de passivos	1.491.627	562.934	487.804	2.542.365

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas

Segue demonstração da abertura da carteira:

	31/12/2023								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	279.296	1.012.728	24.042	1.316.066	1.316.066	46,37%	46,87%
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 6,38%	-	8.303	-	-	8.303	8.303	0,29%	0,30%
Operações compromissadas	SELIC	-	124.842	-	-	124.842	124.842	4,40%	4,45%
Outras aplicações		76	(359)	-	(18)	(301)	(301)	-0,01%	-0,01%
Letras do tesouro nacional		11,16%	-	38.623	-	38.623	38.623	1,36%	1,38%
Recibo de depósito bancário	CDI + 0,26%	-	51.612	-	-	51.612	51.612	1,82%	1,84%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		899.571	-	-	-	899.571	899.571	31,69%	32,04%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB		-	63.852	-	-	63.852	63.852	2,25%	2,27%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	101% do CDI	-	54.028	-	-	54.028	54.028	1,90%	1,92%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	9.818	-	-	9.818	9.818	0,35%	0,35%
Bloqueio judicial - CDB	SELIC	-	6	-	-	6	6	0,00%	0,00%
Total		899.647	527.546	1.051.351	24.024	2.502.568	2.502.568	88,17%	89,13%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:									
Operações compromissadas	SELIC	-	37.039	-	-	37.039	37.039	1,30%	1,32%
Total		-	37.039	-	-	37.039	37.039	1,30%	1,32%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	13.286	-	13.286	13.286	0,47%	0,47%
Total		-	-	13.286	-	13.286	13.286	0,47%	0,47%
III. Mantido até o vencimento:									
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 4,50%	-	-	-	191.202	191.202	167.588	6,74%	5,97%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,67%	-	-	94.203	-	94.203	87.429	3,32%	3,11%
Total		-	-	94.203	191.202	285.405	255.017	10,06%	9,08%
Total das aplicações financeiras Circulante		899.647	564.585	1.158.840	215.226	2.838.298	2.807.910	100,00%	100,00%
Não circulante		-	-	-	-	2.539.601	2.539.601	89,48%	90,44%
		-	-	-	-	298.697	-	-	-

	31/12/2022								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	117.410	1.116.623	15.878	1.249.911	1.249.911	48,37%	49,40%
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 6,04%	-	2.456	-	-	2.456	2.456	0,10%	0,10%
Operações compromissadas	SELIC	-	68.629	-	-	68.629	68.629	2,66%	2,71%
Outras aplicações		61	(456)	-	(12)	(407)	(407)	-0,02%	-0,02%
Letras do tesouro nacional		0,12	-	18.591	-	18.591	18.591	0,72%	0,73%
Recibo de depósito bancário	CDI + 0,24%	-	40.214	-	-	40.214	40.214	1,56%	1,59%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		777.612	-	-	-	777.612	777.612	30,09%	30,73%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB		-	64.724	-	-	64.724	64.724	2,50%	2,56%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	24.635	-	-	24.635	24.635	0,95%	0,97%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	40.084	-	-	40.084	40.084	1,55%	1,58%
Bloqueio judicial - CDB	SELIC	-	5	-	-	5	5	0,00%	0,00%
Total		777.673	292.977	1.135.214	15.866	2.221.730	2.221.730	85,98%	87,80%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:									
Operações compromissadas		-	7.669	-	-	7.669	7.669	0,30%	0,30%
Total		-	7.669	-	-	7.669	7.669	0,30%	0,30%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Notas do tesouro nacional - IPCA		-	-	-	-	-	-	0,75%	0,77%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	7,13%	-	-	19.443	-	19.443	19.443	0,75%	0,77%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	55.440	-	55.440	55.440	2,15%	2,19%
Total		-	-	74.883	-	74.883	74.883	2,90%	2,96%
III. Mantido até o vencimento:									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		-	-	-	-	-	-	7,09%	5,75%
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 4,49%	-	-	-	183.258	183.258	145.371	3,73%	3,19%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,65%	-	-	96.332	-	96.332	80.688		

ICATU
CAPITALIZAÇÃO

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.524.873	1.014.734	2.539.607
Notas do tesouro nacional	8.303	-	8.303
Letras financeiras do tesouro	1.316.066	-	1.316.066
Letras do tesouro nacional	38.623	-	38.623
Operações compromissadas	161.881	-	161.881
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB	-	63.852	63.852
Fundos de investimento não exclusivos	-	899.571	899.571
Recibo de depósito bancário	-	51.612	51.612
Outras aplicações	-	(301)	(301)
II. Títulos disponíveis para venda:	13.286	-	13.286
Letras financeiras do tesouro	13.286	-	13.286
III. Mantido até o vencimento:	285.405	-	285.405
Notas do tesouro nacional	285.405	-	285.405
Total (I + II + III)	1.823.564	1.014.734	2.838.298

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.340.858	888.541	2.229.399
Notas do tesouro nacional	2.456	-	2.456
Letras financeiras do tesouro	1.249.911	-	1.249.911
Letras do tesouro nacional	12.193	6.398	18.591
Operações compromissadas	76.298	-	76.298
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB	-	64.724	64.724
Fundos de investimento não exclusivos	-	777.612	777.612
Recibo de depósito bancário	-	40.214	40.214
Outras aplicações	-	(407)	(407)

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
II. Títulos disponíveis para venda:	74.883	-	74.883
Letras financeiras do tesouro	55.440	-	55.440
Notas do tesouro nacional	19.443	-	19.443
III. Mantido até o vencimento:	279.590	-	279.590
Notas do tesouro nacional	279.590	-	279.590
Total (I + II + III)	1.695.331	888.541	2.583.872

5.4. Instrumentos financeiros derivativos
Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)	
					31/12/2023	31/12/2022
D11	Vendido	01/07/2024	CDI	28	2.660	
D11	Vendido	01/10/2024	CDI	92	8.537	
D11	Comprado	02/01/2025	CDI	30	2.724	
D11	Vendido	01/04/2025	CDI	30	2.667	
D11	Comprado	01/07/2025	CDI	107	9.316	
D11	Vendido	02/01/2026	CDI	151	12.560	
D11	Vendido	01/07/2026	CDI	233	18.514	
D11	Vendido	04/01/2027	CDI	80	6.059	
D11	Vendido	03/01/2028	CDI	21	1.439	
D11	Comprado	03/07/2028	CDI	15	977	
D11	Vendido	02/01/2029	CDI	34	2.108	
D11	Comprado	02/01/2031	CDI	65	3.288	
D11	Vendido	03/01/2033	CDI	41	1.693	

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)	
					31/12/2022	31/12/2023
D11	Vendido	02/01/2023	CDI	7	699	
D11	Comprado	03/04/2023	CDI	5	484	
D11	Vendido	03/07/2023	CDI	8	750	
D11	Vendido	02/01/2024	CDI	4	353	
D11	Vendido	01/07/2024	CDI	73	6.086	
D11	Vendido	01/10/2024	CDI	79	6.397	
D11	Vendido	02/01/2025	CDI	40	3.150	
D11	Comprado	01/07/2025	CDI	33	2.457	
D11	Vendido	02/01/2026	CDI	90	6.301	
D11	Comprado	04/01/2027	CDI	9	560	
D11	Comprado	02/01/2029	CDI	2	98	

6. Outros créditos operacionais
Registra os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 18.061 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.906 em 31 de dezembro de 2022). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Títulos e créditos a receber
Registra os recebimentos entre empresas (rateio), apurados mensalmente. Em 31 de dezembro de 2023, os valores apurados de rateio foram recebidos dentro do próprio exercício (R\$ 2.907 em 31 de dezembro de 2022).

8. Créditos tributários e previdenciários
8.1. Impostos a recuperar
Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	10.783	9.980
Contribuição social	12.577	10.298
COFINS	1.979	1.373
PIS	344	245
Total de créditos fiscais	25.683	21.896

8.2. Tributos diferidos
Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro". Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

Ativo - não circulante	01/01/2022		Consti- tuição		Realização/ reversão		31/12/2022	
Imposto de renda diferido	24.663	30.768	(27.413)	28.018	30.471	(31.631)	26.858	
Ativo - diferenças temporárias	15.974	13.366	(10.148)	19.192	15.391	(12.990)	21.593	
Passivo - ajuste de TVM	-	10.294	(9.532)	762	5.347	(6.109)	-	
Prejuízos fiscais	8.689	7.108	(7.733)	8.064	9.733	(12.532)	5.265	
Contribuição social diferida	12.057	16.468	(16.139)	12.386	18.640	(18.070)	12.956	
Ativo - diferenças temporárias	9.584	8.019	(6.088)	11.515	9.234	(7.793)	12.956	
Passivo - ajuste de TVM	-	6.176	(5.719)	457	3.208	(3.665)	-	
Base negativa	2.473	2.273	(4.332)	414	6.198	(6.612)	-	
Total	36.720	47.236	(43.552)	40.404	49.111	(49.701)	39.814	

Passivo - não circulante	01/01/2022		Consti- tuição		Realização/ reversão		31/12/2022	
Imposto de renda diferido	6.422	106.517	(102.190)	10.749	173.193	(165.660)	18.282	
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	1.287	-	(1.287)	-	6.149	(6.129)	20	
IR debêntures incentivadas	5.135	106.517	(100.903)	10.749	167.044	(159.531)	18.262	
Contribuição social diferida	772	-	(772)	-	3.689	(3.677)	12	
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	772	-	(772)	-	3.689	(3.677)	12	
Total de débitos fiscais diferidos	7.194	106.517	(102.962)	10.749	176.882	(169.337)	18.294	
Total de créditos e débitos diferidos	29.526	(59.281)	59.410	29.655	(127.771)	119.636	21.520	

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisões para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2023 a 2033			
2023*	3.842		0%
2024	1.813		5,25%
2025	1.892		5,48%
2026	2.221		6,43%
2027	2.587		7,49%
2028	2.999		8,67%
2029 a 2033	23.037		66,68%
Total	34.549		100%

(* 2023 não compõe o total das diferenças temporárias.

Prejuízo fiscal e base negativa			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal	8.064	(2.799)	5.265
Base negativa	414	(414)	-
Total	8.478	(3.213)	5.265

Prejuízo fiscal e base negativa 2022 a 2024			
2023*		(3.213)	-
2024		5.265	100%
Total		5.265	100%

(* 2023 não compõe o total do Prejuízo Fiscal

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de títulos a pagar - prescrição	1.934	1.048
Contingências trabalhistas	320	599
Contingências civis	2.247	2.301
Contingências fiscais	1.184	1.069
INSS s/aviso prévio - exigibilidade suspensa	492	492
Outras provisões	22.288	14.157
Fundo de marketing	401	371
Atualização depósito judicial	(22.639)	(18.567)
Participação nos lucros e resultados	33.801	32.386
COFINS exigibilidade suspensa	39.778	36.830
PIS exigibilidade suspensa	6.567	6.083
Total das provisões temporárias	86.373	76.769
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	21.593	19.192
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	12.956	11.515
Total	34.549	30.707

9. Diferimento de Aquisição dos Custos - DAC

	31/12/2022	Consti- tuições	Amorti- zações	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	31.578	12.376	(20.612)	23.342
Total	31.578	12.376	(20.612)	23.342

10. Outros valores e bens - direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, conforme nota 3.6. A movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2022	Depreciação / Movimentação	31/12/2023
Circulante	3.762	(460)	3.302
Total	3.762	(460)	3.302
Passivo	31/12/2022	Movimentação	31/12/2023
Circulante	823	119	942
Não circulante	2.965	(557)	2.408
Total	3.788	(438)	3.350

Arrendamentos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos a pagar	3.493	3.996
Juros de arrendamento	(143)	(208)
Total	3.350	3.788
Circulante	942	823
Não circulante	2.408	2.965
Total	3.350	3.788

11. Intangível

Desenvolvidos internamente	Taxa anual de amorti-zação	01/01/2022	Adi- ções	Bai- xas	Amorti-zação	31/12/2022	31/12/2023
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111	
Sistemas de computação	20%	33.589	8.211	-	(1.629)	40.171	
Adquiridos de terceiros	8.685	-	(1.838)	6.847			
Sistemas aplicados	20%	1.502	-	-	(836)	666	
Balcão de vendas (a)	-	-	-	-	-	-	
Resultado na transferência de carteira (b)	-	7.183	-	-	(1.002)	6.181	
Total	42.385	8.211	-	(3.467)	47.129		

Desenvolvidos internamente	Taxa anual de amorti-zação	01/01/2022	Adi- ções	Bai- xas	Amorti-zação	31/12/2022	31/12/2023
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111	
Sistemas de computação	20%	19.292	47				

ICATU
CAPITALIZAÇÃO

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

18. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

18.1. Provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas cíveis					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	71	2.247	2.247	78	2.301	2.301
Possível	148	7.980	-	123	6.709	-
Remota	4	57	-	4	63	-
Total	223	10.284	2.247	205	9.073	2.301

Probabilidade de perda	Causas trabalhistas					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	5	320	320	6	599	599
Possível	24	1.030	-	4	310	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	29	1.350	320	10	909	599

18.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2023
COFINS (a)	36.830	-	2.948	-	39.778
PIS (a)	6.083	-	484	-	6.567
Total - Obrigações fiscais	42.913	-	3.432	-	46.345

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2022
COFINS (a)	33.728	437	2.665	-	36.830
PIS (a)	5.574	71	438	-	6.083
Total - Obrigações fiscais	39.302	508	3.103	-	42.913

(a) Temos as seguintes discussões relacionadas a PIS/COFINS:

• Lei 9.718/98 (tese ampla) - nº00115037320054025101 - Pasta: 004700-7 - Período: fevereiro de 1999 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

• Lei 12.973/14 - ativo livre - nº00886702020154025101 - Pasta: 017032-1 - Período: janeiro de 2015 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

• Lei 12.973/14 - prescrição - nº00871494020154025101 - Pasta: 017021-6 - Período: janeiro de 2015 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. No prazo para protocolo dos recursos especial e extraordinário.

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provi- são	Depósito judicial	Provi- são	Depósito judicial	Provi- são
Majoração de alíquota (a)	7.157	6.464	44.403	39.778	51.560	46.242
Alargamento da base (b)	107	103	-	-	107	103
Saldo total 31/12/2023	7.264	6.567	44.403	39.778	51.667	46.345

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provi- são	Depósito judicial	Provi- são	Depósito judicial	Provi- são
Majoração de alíquota (a)	6.669	5.985	41.375	36.830	48.044	42.815
Alargamento da base (b)	102	98	-	-	102	98
Saldo total 31/12/2022	6.771	6.083	41.375	36.830	48.146	42.913

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

18.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	940	313
Trabalhistas	-	290
Fiscais	58.262	54.183
Total depósitos judiciais	59.202	54.786

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	54.183	49.155
Adições	-	834
Atualização monetária	4.079	4.194
Saldo final	58.262	54.183

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado de R\$ 211.484 (R\$ 201.484 em 31 de dezembro de 2022) é representado por 810.894.586 ações ordinárias em ambas as datas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receta		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b) (c)	-	-	(36.000)	(12.740)	35.256	23.922	(7.185)	(11.429)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	-	1.427	-	-	13.097	5.145	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (b)	-	18	-	-	433	125	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (e)	-	33	(94)	(86)	190	79	(1.081)	(774)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (d)	-	-	-	-	-	-	(3.635)	(3.304)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	-	-	-	-	3	-	(4)	(3)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	-	-	-	2	-	(3)	(4)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	-	-	(19)	-	-	-	(38)	(133)
Icatu Consultoria Investimento S.A. (b)	-	-	67	-	-	246	-	(11)
Total	-	1.545	(36.113)	(12.826)	48.981	29.517	(11.946)	(15.658)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros S.A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros S.A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

(b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários; e

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

César Luiz Salazar Saut

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lúgia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394

Causas fiscais

Probabilidade de perda	Causas fiscais					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	7	1.184	1.184	7	1.069	1.069
Possível	29	40.304	-	33	63.292	-
Remota	2	24.925	-	-	-	-
Total	36	41.488	1.184	40	64.361	1.069

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldo em 01/01/2022		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2022		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2023	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Cíveis	2.639	826	454	(1.618)	2.301	1.441	23	(1.518)	2.247	2.247
Trabalhistas	783	20	17	(221)	599	135	28	(442)	320	320
Fiscais	982	-	87	-	1.069	-	115	-	1.184	1.184
Total	4.404	846	558	(1.839)	3.969	1.576	166	(1.960)	3.751	3.751

23. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

23.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2023	31/12/2022
Título de capitalização emitido	1.891.602	1.827.076
Devolução/cancelamento Com título de capitalização	(34.057)	(33.452)
Reversão da provisão para resgate	28.503	61.094
Constituição da provisão para resgate	(1.551.068)	(1.506.679)
Total	334.980	348.039

23.2. Resultado com sorteios

	31/12/2023	31/12/2022
Reversão da provisão para sorteio	80.706	82.938
Constituição da provisão para sorteio	(80.512)	(81.205)
Despesas com títulos sorteados	(78.428)	(83.549)
Total	(78.234)	(81.816)

23.3. Custo de aquisição - capitalização

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de corretagem	(52.926)	(86.555)
Despesas de remuneração performance mensal	(6.505)	(5.323)
Despesas de custeamento de vendas	(73.862)	(16.102)
Variável despesa de comercialização diferida	(8.236)	(31.578)
Total	(141.529)	(139.557)

23.4. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com resgate de título	11.166	10.774
Receita com prescrição de título	47.391	35.960
Despesas com provisões	448	287
Outras receitas/(despesas) operacionais	(25.065)	(29.878)
Total	33.940	17.143

23.5. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(122.084)	(113.973)
Serviços de terceiros	(28.090)	(20.782)
Localização e funcionamento	(37.305)	(32.988)
Publicidade e propaganda	(11.128)	(3.196)
Outras despesas administrativas	(824)	(17.884)
Total	(199.431)	(188.823)

23.6. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	(8.436)	(5.620)
COFINS	(13.917)	(13.367)
PIS	(2.262)	(2.172)
Taxa de fiscalização	(1.527)	(1.527)
Outras despesas com tributos	(201)	(264)
Total	(26.343)	(22.950)

23.7. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - disponível para venda	13.801	20.286
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	13.801	20.286
Categoria - mantido até o vencimento	22.718	23.937
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	22.718	23.937
Categoria - valor justo por meio do resultado	291.240	234.614
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	291.240	234.614
Outras receitas financeiras	-	5.132
Total - receitas financeiras	327.759	283.969
Categoria - valor justo por meio do resultado	(7.003)	(938)
Títulos de renda fixa	-	(938)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(7.003)	-
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(162.724)	(145.328)
Outras despesas financeiras	(7.418)	(6.129)
Total - despesas financeiras	(177.145)	(152.395)
Total	150.614	131.574

24. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	76.089	76.089	60.140	60.140
Participações nos lucros e resultados	(23.187)			

Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.12 e 16 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.12 e 16 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR") e Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR. - conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis. - recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos. - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel

Atuário MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

KPMG

Anexo I
Icatu Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	2.592.624
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	101.898
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	101.898
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	179.493
Ajustes Econômicos do PLA	(11.656)
Exigência de Capital (CMR) (b)	101.898
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	77.595
Ativos Garantidores (d)	2.807.904
Total a ser Coberto (e)	2.592.624
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	215.280

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FAE4-8987-C52F-0A76> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FAE4-8987-C52F-0A76



Hash do Documento

87AB1EE452415B5DEAC9ED37F1DC760B5F312103A4E8D71DF5345973E5D2A76A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 27/02/2024 02:20
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

